



TERRITORIALIDADE E INCLUSÃO: UM ESTUDO COM GRADUANDOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB¹

Luanda Lopes BATISTA - Universidade Estadual de Maringá - pg404942@uem.br
Priscilla Borgonhoni CHAGAS - Universidade Estadual de Maringá - pbchagas@uem.br

Referência:

BATISTA, Luanda Lopes; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Territorialidade e inclusão: um estudo com graduandos com deficiência física na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. In: SIMPPA - SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 4., 2024, Maringá. **Anais eletrônico...** Maringá: PPA, 2024. p. 16-32. Disponível em: <https://ppa.uem.br/iv-simppa-2024x/anais>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RESUMO

A pesquisa tem o objetivo de compreender como ocorre o processo de territorialização dos graduandos com deficiência física na UESB, *campus* de Vitória da Conquista, tendo em vista as políticas inclusivas de acesso e permanência da instituição. A UESB instituiu a política de ações afirmativas em 2008, compreendendo a implantação do sistema de cotas e o programa de assistência e permanência estudantil. Desde a implantação dessa política a universidade tem recebido alunos com deficiência, exigindo adoção de novas práticas educativas, adequação dos espaços físicos, criação de núcleos de apoios, ampliação da assistência estudantil, entre outras medidas. Apesar das mudanças implementadas, não é possível afirmar que essas medidas têm sido efetivas para apropriação do território por parte dos estudantes com deficiência. Sendo assim, espera-se que os resultados da pesquisa, permitam a compreensão do território, numa perspectiva integradora, a partir das políticas inclusivas oferecidas pela Instituição, dando voz às pessoas com deficiência, beneficiários da política. Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, será realizada uma pesquisa de natureza qualitativa e se desenvolverá por meio de um estudo descritivo. A coleta dos dados será realizada por meio de entrevistas, observação e pesquisa documental.

Palavras-chave: Território. Inclusão. Ações Afirmativas. Pessoas com Deficiência.

^{1 1} Este artigo é beneficiário de auxílio financeiro da CAPES.

ABSTRACT

The research aims to understand how the process of territorialization of undergraduates with physical disabilities occurs at UESB, Vitória da Conquista campus, taking into account the institution's inclusive access and permanence policies. UESB established the affirmative action policy in 2008, including the implementation of the quota system and the student assistance and permanence program. Since the implementation of this policy, the university has received students with disabilities, requiring the adoption of new educational practices, adaptation of physical spaces, creation of support centers, expansion of student assistance, among other measures. Despite the changes implemented, it is not possible to state that these measures have been effective in appropriating the territory by students with disabilities. Therefore, it is expected that the research results will allow an understanding of the territory, from an integrative perspective, based on the inclusive policies offered by the Institution, giving a voice to people with disabilities, beneficiaries of the policy. To achieve the objectives proposed in this work, qualitative research will be carried out and will be developed through a descriptive study. Data collection will be carried out through interviews, observation and documentary research.

Keywords: Territory. Inclusion. Affirmative Actions. People with Disabilities.

1 INTRODUÇÃO

Temas relacionados às políticas públicas inclusivas têm sido amplamente debatidos na sociedade, resultando em legislações fundamentais para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e promovendo a sensibilização da população em relação à inclusão. No entanto, a implementação eficaz dessas políticas, enfrenta resistências práticas que dificultam a sua plena realização. Esse contraste entre teoria e prática pode ser atribuído a fatores como a falta de infraestrutura adequada, recursos financeiros limitados, resistências por parte de chefias e/ou clientes e, em alguns casos, a ausência de uma verdadeira conscientização e comprometimento com o processo inclusivo (Maia; Carvalho-Freitas, 2015; Assis; Carvalho-Freitas, 2014; Perlin *et al.*, 2016; Miranda; Carvalho, 2016).

Embora as políticas inclusivas busquem garantir direitos e promover equidade, sua aplicação costuma esbarrar em obstáculos que vão desde questões logísticas até preconceitos enraizados. Na prática, transformar essas políticas em realidades cotidianas, não requer apenas legislação, mas também mudanças culturais, capacitação dos envolvidos e monitoramento contínuo para garantir que medidas inclusivas tenham o impacto desejado (Sasaki, 2010). Assim, apesar do apoio teórico, a concretização das políticas públicas inclusivas depende de um esforço conjunto entre governos, instituições e a sociedade, visando eliminar as barreiras que ainda impedem a plena inclusão (Assis; Carvalho-Freitas, 2014).

Ao analisar a trajetória das políticas de inclusão para pessoas com deficiência, percebe-se o protagonismo fundamental do movimento popular na conquista de direitos e no reconhecimento da importância da participação ativa dessa população na sociedade. Os movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência desempenharam um papel essencial, ao mobilizar a sociedade e pressionar por mudanças legislativas, contribuindo para a criação de políticas essenciais para a justiça social (Brasil, 2010).

Esses movimentos foram responsáveis por dar visibilidade às barreiras enfrentadas por essas pessoas e por exigir transformações estruturais e culturais. Eles trouxeram à tona a necessidade de uma sociedade mais justa e acessível, conquistando avanços em áreas como educação, mercado de trabalho, transporte, saúde e relativas à própria autonomia das PcD. Assim, a trajetória das políticas de inclusão está intimamente ligada à atuação das próprias pessoas com deficiência e de seus aliados, que continuam a lutar por uma participação plena e equitativa de todos.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais, os órgãos governamentais passaram a dar maior atenção à criação de políticas públicas inclusivas e à implementação de estruturas de apoio que visam eliminar barreiras e promover a acessibilidade. Essas ações têm sido essenciais para garantir a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade, destacando a importância de um compromisso contínuo com a inclusão e a igualdade.

Apesar da relevância do tema, a inclusão é pouco explorada na área de administração, quando comparadas às áreas de Antropologia, Psicologia, Medicina e Direito. Informação que pode ser confirmada por meio de pesquisas realizadas em bases de dados. Essa discrepância revela uma lacuna significativa no estudo das políticas inclusivas, especialmente quando associada à avaliação das políticas de acesso e permanência no ensino superior, considerando o impacto direto sobre o público beneficiado, como propõe este estudo.

O interesse da pesquisadora em estudar sobre inclusão e territorialidade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), parte de suas experiências no campo de pesquisa. Primeiro como estudante e estagiária, entre 2000 e 2005, vivenciando um período em que a universidade adotava apenas critérios meritocráticos para acesso aos cursos de graduação. Depois, como servidora efetiva, admitida em 2008 e fazendo parte da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD – desde o ano 2010, vivenciando o processo de democratização do acesso aos cursos de graduação, com a implantação do sistema de cotas.

As novas formas de acesso para os cursos de Graduação da UESB, permitiram uma transformação do território do ponto de vista material. Esse fenômeno pode ser constatado ao observar uma multiplicidade de raças, etnias, culturas, classes sociais habitando o ambiente universitário. As cotas para pessoas com deficiência, permitiram o acesso de PcD e exigiram adoção de novas práticas educativas, adequação dos espaços físicos, criação de núcleos de apoios, ampliação da assistência estudantil, entre outras medidas. Contudo, seria possível afirmar que a mudança atingiu a mesma proporção, considerando aspectos imateriais?

A UESB é uma entidade autárquica, de caráter *multicampi*, instituída pela Lei Delegada n.º 12, de 30 de dezembro de 1980, estabelecida nos *campi* de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, com sede no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia. Anualmente, oferta mais de 2.200 (duas mil e duzentas) vagas, distribuídas entre 47 (quarenta e sete) cursos de graduação. O ingresso dos alunos ocorre por meio do Vestibular, Sistema de Seleção Unificada - SISU, e mais recentemente, pelo Processo Seletivo de Acesso e Inclusão.

Os alunos da graduação já chegam a 7.266 (sete mil, duzentos e sessenta e seis) e da pós-graduação, 1.496 (mil, quatrocentos e noventa e seis). Destaca-se que em decorrência da política de ações afirmativas, implantada em 2008, é possível contar com 76 (setenta e seis) alunos com deficiência, distribuídos nos três *campi*, sendo 35 (trinta e cinco) em Vitória da Conquista, 29 (vinte e nove) em Jequié e 12 (doze) em Itapetinga, os quais são assistidos pelo Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD).

Conforme relatórios apresentados pelos NAIPD, a universidade presta atendimento especializado para 76 (setenta e seis) alunos, distribuídos nos três *campi*, sendo 35 (trinta e

cinco) em Vitória da Conquista, 29 (vinte e nove) em Jequié e 12 (doze) em Itapetinga. Dos alunos assistidos pelo Núcleo, 21 (vinte e um) não são caracterizados, conforme entendimento dos Tribunais Superiores de Justiça, como pessoas com deficiência, que são aqueles que apresentam Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtorno de ansiedade, bipolaridade, dislexia e disgrafia. Os 55 (cinquenta e cinco) alunos restantes, apresentam algum tipo de deficiência, sendo que 22 (vinte e dois) possuem deficiência sensorial, 17 (dezessete) intelectual e 16 (dezesesseis) física.

Diante do cenário apresentado na UESB, surgem alguns questionamentos cruciais: como os graduandos com deficiência física se apropriam do território universitário? As políticas inclusivas realmente cumprem o papel para as quais foram criadas? Os estudantes com deficiência física se sentem genuinamente incluídos no ambiente universitário?

Seguindo na mesma lógica da perspectiva nacional, a implantação da política de cotas na UESB, veio com luta e enfrentamento. Representantes dos movimentos sociais fizeram parte das discussões acerca do Sistema de cotas na Uesb e foram protagonistas na implantação da política, resistindo ao sistema meritocrático e reivindicando por justiça social. Além das questões levantadas pelos movimentos populares, a Comissão responsável pela implantação do sistema de cotas, tomou como referência as experiências vivenciadas por outras universidades, incluindo as estaduais baianas.

A UESB implantou o sistema de cotas a partir do primeiro semestre letivo de 2009, sendo a última universidade do Estado da Bahia a adotar o sistema de reserva de vagas, possuindo um viés social e racial, o que se constitui num avanço em termos de inclusão social e redução da discriminação racial. Atualmente a UESB reserva 50% das vagas, para estudantes que comprovem que tenham realizado o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio completo em estabelecimento da Rede Pública de Ensino do Brasil, sendo que 35% das vagas são reservadas para os cotistas que se autodeclararam negros ou pardos e apenas 15% das vagas serão reservadas, exclusivamente, para candidatos que tenham cursado pelo menos 7 (sete) anos em escola pública.

Convém ressaltar que, até o ano de 2023, o Sistema de Cotas da UESB incluía as Cotas Adicionais, reservando vagas no Vestibular para os cursos de graduação para apenas três segmentos sociais: quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência. Em 2023, a universidade ampliou o sistema de cotas para incluir mais um segmento social, composto por pessoas trans (travestis e transexuais), além disso, instituiu o Processo Seletivo de Acesso e Inclusão (PSAI), que compreende uma modalidade de acesso, específica para ingresso de alunos pertencentes aos quatro segmentos sociais mencionados, utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção.

Concomitantemente às alterações nas políticas de acesso da universidade, no ano de 2008, inicia-se o processo de implementação das políticas de assistência e permanência de estudantes na UESB, conquista adquirida por meio de lutas e reivindicações do Movimento Estudantil, frente à administração da Universidade e aos Conselhos Superiores, que resultou na instituição do Programa de Assistência Estudantil – PRAE. As ações do PRAE começaram a ser executadas no ano de 2009, e com a adesão da UESB ao SISU (Sistema de Seleção Unificada) em 2012, o Programa foi impulsionado em decorrência do repasse de recursos do governo federal para investimento em assistência e permanência estudantil. No decorrer desses 15 anos, o Programa vem se estruturando gradativamente com ações realizadas por meio de editais que consideram a condição de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes para a seleção.

Convém salientar, que embora as mudanças ocorridas no ingresso e permanência de

estudantes de graduação sejam importantes, não podem ser consideradas como suficientes para abarcar todos os desafios que envolvem o processo de inclusão das pessoas com deficiência física. Assim, a questão de pesquisa que se coloca para investigação é: como ocorre o processo de territorialização dos graduandos com deficiência física na UESB, *campus* de Vitória da Conquista, tendo em vista as políticas inclusivas de acesso e permanência da instituição?

Fundamentado em nosso problema de pesquisa, o objetivo geral do trabalho é compreender como ocorre o processo de territorialização dos graduandos com deficiência física na UESB, *campus* de Vitória da Conquista, tendo em vista as políticas inclusivas de acesso e permanência da instituição. O processo de territorialização dos graduandos com deficiência física na UESB, *campus* de Vitória da Conquista, ocorre em um contexto de busca por pertencimento e apropriação ao ambiente universitário, amparados pelas políticas inclusivas da instituição, que têm o papel de garantir que esses estudantes se sintam incluídos ao espaço acadêmico, superando barreiras arquitetônicas, pedagógicas e sociais que possam comprometer a inclusão plena.

Considerando o objetivo geral, foram definidos três objetivos específicos para auxiliar na condução da pesquisa, fornecendo uma orientação essencial para o pesquisador nas etapas de investigação e na definição dos métodos e abordagens a serem adotadas. Estes objetivos são: a) descrever as políticas de acesso e permanência, voltadas à graduandos com deficiência na UESB, *campus* de Vitória da Conquista; b) revelar as formas de apropriação do território dos graduandos com deficiência física na UESB, *campus* de Vitória da Conquista; c) interpretar a efetividade das políticas de acesso e permanência, a partir do processo de territorialização dos graduandos com deficiência física na UESB, *campus* de Vitória da Conquista.

Para alcançar os resultados esperados a partir dos objetivos propostos será necessário avaliar como essas políticas inclusivas têm se estabelecido e como os estudantes se sentem no ambiente universitário. Eles se sentem parte desse ambiente? Se sentem representados por essa política? Quais são as lutas travadas para apropriação desse território? Territorialização, nesse contexto, refere-se ao processo pelo qual os graduandos com deficiência constroem seu lugar e identidade no espaço acadêmico, enfrentando e superando desafios de inclusão física, pedagógica e social.

Esta interpretação permite analisar não apenas se as políticas atendem às normas de acessibilidade, mas também, se estas são eficazes para promover uma inclusão genuína. A análise deve considerar aspectos que possibilitem a efetividade das políticas na adaptação dos espaços físicos, na oferta de tecnologias assistivas e no suporte pedagógico que facilita o desenvolvimento acadêmico desses alunos. Além disso, a territorialização abrange o estabelecimento de redes de apoio e o reconhecimento social, essencial para que esses estudantes se sintam acolhidos e valorizados.

Assim, avaliar a efetividade dessas políticas por meio do processo de territorialização permite identificar se elas realmente contribuem para a permanência acadêmica com qualidade e para o fortalecimento de uma cultura inclusiva na instituição, ou se ainda há lacunas que precisam ser abordadas para melhorar o processo de territorialização dos graduandos com deficiência física.

O debate em torno do conceito de território no Brasil, inicia nos anos 1990 (Souza, 2009) e, longe de ser um consenso, apresenta muitas divergências e singularidades. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizaremos a abordagem de território concebida por geógrafos brasileiros renomados, tais como: Marcos Aurélio Saquet, Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza, os quais entendem o processo de territorialização numa perspectiva integradora, sugerindo uma abordagem mais complexa e aprofundada, concebendo território, como um lugar

marcado por relações de poder (Souza, 2009), cujas dimensões econômica (território como fonte de recursos), política (território como espaço delimitado e controlado) e cultural (território como apropriação da dimensão simbólica) estão diretamente envolvidas nesse processo (Haesbaert, 2004). Dessa forma, o território é produzido junto às relações de poder, desenvolvidas por determinado grupo social e efetivadas em diferentes escalas, sendo condição e produto do processo de territorialização (Saque, 2013).

De acordo com as justificativas apresentadas, é possível afirmar que o tema proposto é de extrema relevância e poderá servir como base para novas discussões e novas pesquisas, com vistas ao aprimoramento das políticas de acesso e permanência dentro da Instituição numa perspectiva inclusiva. No campo teórico o estudo buscará contribuir no sentido de ampliar a pesquisa sobre território, analisando o processo de territorialização das pessoas com deficiência na universidade, a partir de chaves teóricas (afeto, poder, resistência, segregação e contradição), sugeridas por Martins e Chagas (2021), evidenciando as relações sociais construídas ao longo do percurso acadêmico e a capacidade desses alunos de influenciar e de serem influenciados, favorecendo que o ambiente habitado por eles se modifique a partir do processo de apropriação e/ou dominação dos atores que integram o espaço acadêmico.

Do ponto de vista empírico, a contribuição é no sentido de possibilitar a compreensão de produção de território, na perspectiva dos alunos com deficiência no ambiente universitário, ampliando as discussões acerca dessa população que fora invisibilizada durante tanto tempo, visando contribuir para o avanço das políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, especialmente àquelas voltadas ao acesso e a permanência estudantil. Além disso, espera-se que o estudo possa, no futuro, auxiliar outros pesquisadores quando da realização de pesquisas sobre o mesmo tema, em localidades que possuam características similares, considerando a relevância social do mesmo e sua constante atualidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TERRITÓRIO E PODER

De acordo com Raffestin (1993), o processo de apropriação do espaço acontece a partir de relações sociais e de poder, sendo representado a partir da dominação de atores que constituem uma sociedade. “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (Raffestin, 1993, p. 144). A partir dessa afirmação, é possível inferir que os dominadores imprimirão a imagem projetada de um território, moldando-o e desenhando-o conforme interesses próprios.

Embasados nos princípios de Raffestin, geógrafos brasileiros – Marcos Saquet; Rogério Haesbaert; Marcelo Souza – passaram a compreender o espaço e o território a partir das relações de poder, sendo a definição mais defendida nas discussões territoriais, exigindo, dessa forma, consenso dos pesquisadores sobre o significado de “poder” (Haesbaert, 2023).

O conceito de poder para Foucault (1980), se difere das visões tradicionais, compreendido, muitas vezes, como algo que se exerce de maneira unidirecional, por meio de coerção ou controle. É possível destacar algumas considerações importantes do autor sobre o tema: a) o poder é imanente à todas as relações sociais, não estando centralizado em instituições ou indivíduos, ele também vem de baixo para cima; b) o poder opera de forma sutil e não óbvia, moldando nossas percepções, comportamentos e identidades; c) o poder não apenas controla, mas também produz conhecimento e verdade; d) o poder moderno (biopoder) se manifesta através da gestão da vida humana, incluindo a regulação dos corpos, saúde, sexualidade e educação ; e) o poder não é absoluto, dessa forma, onde há poder há resistência.

Claude Raffestin, geógrafo suíço, recebeu forte influência de Foucault, adotando muitas de suas ideias sobre poder em suas análises espaciais e geográficas. O autor esclarece que há dois tipos de poder: o “Poder”, que é representado por meio do aparelho estatal, sendo manifestado por meio de delimitação de fronteiras, controle da população e domínio de recursos; e o “poder”, sendo representado pelos movimentos sociais, organizações não governamentais ou lideranças alternativas e se manifesta por meio de acordos, cooperações, alianças. Conforme Raffestin (1993), o poder com letra minúscula representa maior ameaça, por ser invisível e difícil de ser contido, especialmente porque não se fundamenta na coerção ou na força, mas no convencimento.

Em consonância com a perspectiva de poder defendida por Raffestin, é que Souza (2009), apresenta a distinção entre a heteronomia, que é a imposição das leis ou normas e a autonomia, que é a capacidade do grupo de autogerir-se, ou seja, “dar a si próprio a lei”, estando, portanto, livre de hierarquias e assimetrias de poder. Para o autor é necessária uma análise crítica e prudente sobre o poder do Estado, para que não seja estigmatizado como algo negativo. Não reconhecer que iniciativas estatais são benéficas para comunidade, seria o mesmo que desprezar as legislações que garantem e protegem os trabalhadores, as crianças, as pessoas com deficiência.

Haesbaert (2004; 2023), evidencia a manifestação do poder na constituição de territórios, mas salienta que esse poder não está associado apenas ao poder tradicional ou poder político, apresentando a distinção entre dominação e apropriação. Para explicar a diferença entre os dois termos, o autor se remete a Lefebvre (2000), que distingue apropriação como sendo um processo simbólico e repleto de significados, marcado pelas vivências; e a dominação como sendo um processo mais funcional e concreto, relacionado ao controle direto do espaço e ao uso prático das estruturas urbanas para manter e organizar a sociedade.

2.2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Na visão de Saquet (2009), os territórios são caracterizados como um espaço de interação social, que ocorre a partir de conflitos, cooperações, concorrências e coesões; sendo que todas essas ações produzem mudanças no espaço físico, modificam o meio ambiente e redefinem as redes. Seguindo esta linha de pensamento, Haesbaert (2007), entende o território a partir das múltiplas manifestações de poder, por meio dos múltiplos atores sociais envolvidos, suas lutas, resistências, afetividades, consciência e contradições.

Nessa diretriz, as manifestações de poder são intrínsecas às relações sociais e estão para além das dimensões econômicas ou políticas, envolvendo aspectos subjetivos, identitários, simbólicos e culturais (Haesbaert, 2007; Martins; Chagas, 2021). É notável a complexidade que envolve a concepção de territórios, pela dinâmica que lhes são inerentes, bem como, pela subjetividade dos atores sociais, sendo estes os responsáveis pela produção dos territórios e consequentemente, pela tomada de consciência do espaço em que estão inseridos para compreensão dos seus afetos, ou seja, como as materialidade e imaterialidades do território influenciam nas suas vidas, atraindo-os ou expulsando-os (Martins; Chagas, 2021). Segundo Haesbaert (2007), os aspectos materiais e imateriais afetam os indivíduos no processo de territorialização, de um lado, os constringendo, por não estarem conforme os padrões definidos para habitar aquele território, por outro lado, os aconchegando ou incluindo, por se identificarem com o território.

Haesbaert (2004) trabalha com o conceito de território a partir de uma perspectiva integradora, cujas dimensões natural, política, econômica e cultural são indissociáveis e

igualmente importantes na produção dos territórios. Dessa forma, a visão de espaço como um “híbrido”, é sugerida pelo autor como a solução para compreensão ampla e dinâmica de território, numa complexa interação tempo-espaço. Nessa mesma perspectiva, Saquet (2006), define território como uma construção *coletiva*, multidimensional, uma vez que, as relações de poder podem se manifestar nas dimensões econômica, política e cultural; e multiterritorial, considerando que um território é formado por múltiplas territorialidades.

Para Souza (1995; 2009), o território é um lugar marcado pelas relações de poder, o que não significa desconsiderar as dimensões políticas, culturais e econômicas no processo de territorialização, mas sobretudo entender quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como ocorre essa dominação em todas essas dimensões. O autor salienta que muitos geógrafos clássicos “coisificaram” o território, reduzindo-o ao “espaço geográfico” ou ao “território nacional”, deixando de lado o que ele considera essencial na compreensão do termo que é o exercício do poder. Ele afirma que o território “se define a partir de dois ingredientes, o espaço e o poder” (SOUZA, 1995, p. 106).

Para Souza (2009), emancipar a categoria “território”, implica em elevá-lo para uma dimensão mais complexa e dinâmica, que supere a dimensão material, não se detendo ao espaço geográfico ou Estado-nação, além disso, implica em não privilegiar determinada fonte de poder, uma vez que, esse poder não emana apenas de “cima pra baixo” ou de “fora para dentro”, como é o caso do poder estatal. O autor trata do poder de “baixo para cima” ou de “dentro para fora”, também denominado de poder autônomo, muito praticado nos “territórios insurgentes”, constituindo-se como espaços onde ocorrem práticas de resistência contra a opressão e a dominação. Esses territórios são formados por comunidades e grupos ou atores sociais que se organizam para contestar as forças hegemônicas.

Dessa forma, os atores sociais, afetados pelas ideologias hegemônicas, sistematizam esses afetos em poder, resistência e segregação. O constrangimento, motiva os atores sociais, excluídos dos territórios às práticas subversivas, que contrariam as imposições dos grupos dominantes, conduzindo-os a territórios alternativos ou insurgentes, que são fissuras dessa homogeneização (Honorato; Saraiva, 2016; Paulo, 2019).

Importante salientar que todos esses processos gerados pelos afetos e a partir das relações de poder, equivalem à territorialização, que é traduzida por Saquet (2009), como o resultado e condição dos processos sociais e espaciais, onde os territórios são formados e transformados pelas ações sociais e, ao mesmo tempo, influenciam e condicionam esses processos, compreendendo um processo dinâmico de transformações geradas a partir de construções espaço-temporais, marcadas pelas diferenças (multiterritorialidades) e pelas semelhanças (identidades). “Assim, reconhecer as características de heterogeneidade e homogeneidade do real é fundamental numa concepção renovada e histórico-crítica do território e da territorialidade” (Saquet, 2009, p. 84).

Saquet (2009), destaca a importância de se reconhecer as homogeneidades e heterogeneidade, para vislumbrar progresso tanto do ponto de vista acadêmico e científico, como do ponto de vista de desenvolvimento social, a partir de criação de projetos alternativos, de estabelecimento de parcerias, de planejamento de políticas públicas, de desenvolvimento de pesquisas, de preservação ambiental, valorização de cultura local, preservação da identidade cultural.

Haesbaert (1994), define territorialização como processo de dominação e ou apropriação do espaço. Dessa forma, a territorialidade, reflete distintos aspectos do que é vivido em um dado território pelos membros de uma coletividade (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014). Parte-se também da concepção de que o território, a territorialização e a territorialidade, se dão

pelas relações sociais repletas de poderes afetivos, identitários, simbólicos, políticos, econômicos, culturais, materiais e imateriais (Martins; Chagas, 2021).

Raffestin (1993), considera a territorialidade como o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade. Nessa perspectiva, territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma comunidade” (Raffestin, 1993, p.158), ou seja, as relações espaciais de poder são capazes de afetar, segregar, classificar e controlar os indivíduos e grupos sociais.

2.3 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR

De acordo com Gomes (2005), a adoção de ações afirmativas como uma política social, teve início na década de 1960, nos Estados Unidos, concebidas inicialmente como mecanismo para solucionar o problema da marginalização social e econômica do negro, e, posteriormente, estendidas às mulheres, aos índios e às pessoas com deficiência. Nesse período, o conceito ainda era bastante limitado e reduzia as ações afirmativas a medidas imediatistas voltadas a aliviar o sofrimento da população excluída, mas não dava condição para que estas pessoas pudessem superar aquela condição de marginalidade.

Aos poucos o conceito de ações afirmativas foi evoluindo, deixando de ser apenas uma política assistencialista e avançando para uma política planejada e que objetiva produzir transformação. Feres Júnior *et al.* (2018) define ações afirmativas de uma forma bem completa, evidenciando que se trata de uma política pública, pois possui essencialmente o dever de criar diretrizes para resolução de um problema público, visando o bem coletivo, que nesse caso específico, seria a busca pela igualdade social.

Portanto, parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. (Feres Júnior *et al.*, 2018, p.13)

Dessa forma, as ações afirmativas devem ser compreendidas no sentido de fomentar a transformação social, tendo como horizonte uma nova realidade, com vistas em remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, às universidades e a posições de liderança, se constituindo como uma forma de inclusão, cujo foco principal deve ser mantido nas virtudes e potencialidades dos indivíduos e nunca nas deficiências e limitações (Mauro; Brito Filho, 2017).

As discussões no Brasil, acerca das Políticas de Ações Afirmativas para o Acesso ao Ensino Superior, ganharam destaque no final do século XX, impulsionadas por reivindicações dos movimentos sociais organizados. No início do século XXI o movimento foi ganhando força, passando a integrar a pauta de debates consideradas prioritárias em busca da redução das desigualdades sociais, uma vez que as ações afirmativas são políticas que buscam favorecer grupos historicamente excluídos e marginalizados.

Nesse contexto de busca por oportunidades e ascensão social, as universidades assumiram um papel relevante enquanto instrumento de transformação social. O ensino superior exerceu um protagonismo nessa dinâmica. É importante esclarecer que foi necessária uma mudança de paradigma para que esse projeto se tornasse realidade nas universidades brasileiras, pois durante muito tempo, as universidades públicas existiam para atender apenas aos interesses da elite. A concorrência acirrada às vagas de graduação em instituições públicas,

dificultava o acesso dos alunos com menor poder aquisitivo, oriundos de escola pública e impossibilitava àqueles que apresentavam alguma dificuldade cognitiva ou motora, por exemplo.

A partir do cenário de exclusão de grupos minoritários e dos desafios enfrentados para acesso aos cursos superiores, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, mais conhecida como a Lei de Cotas, trouxe determinadas garantias, no tocante à oportunidade de acesso ao ensino superior às minorias, buscando a reparação de um contexto social de discriminação para autodeclarados pretos, pardos, indígenas e posteriormente por pessoas com deficiência e quilombolas. A legislação obrigou as instituições federais de educação superior a reservar em cada processo seletivo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas e que se autodeclararem pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e quilombola. Em 2016 e 2023 a Lei de Cotas foi reformulada, incluindo, respectivamente, as pessoas com deficiência e os quilombolas, possibilitando a ampliação do público atendido pela ação afirmativa.

É oportuno esclarecer, que no início do século XXI inicia uma forte movimentação em relação a adoção de políticas de ações afirmativas nas universidades. Embora não houvesse uma legislação federal, alguns Estados começaram a legislar sobre a política de cotas para acesso às Instituições de Ensino Superior e, em alguns casos, essa iniciativa foi institucional. O Rio de Janeiro foi o primeiro Estado a legislar sobre a matéria, por meio da Lei nº 3.524/2000. Em seguida, outros Estados tiveram essa mesma iniciativa, como o Paraná, Rio Grande do Norte, Amazonas, Goiás e Minas Gerais. Além das iniciativas em âmbito estadual, houve iniciativas em âmbito local, com a implantação do sistema de cotas nas universidades a partir de dispositivos institucionais próprios, sem o respaldo legislativo, como foi o caso das Estaduais do Mato Grosso do Sul (UNEMAT) e da Bahia (UNEB) e das Federais de Brasília (UNB) e da Bahia (UFBA). Destaca-se que a UNEB foi a segunda universidade do país a reconhecer a necessidade de promover a justiça social a partir do sistema de cotas, assumindo o pioneirismo no Estado da Bahia.

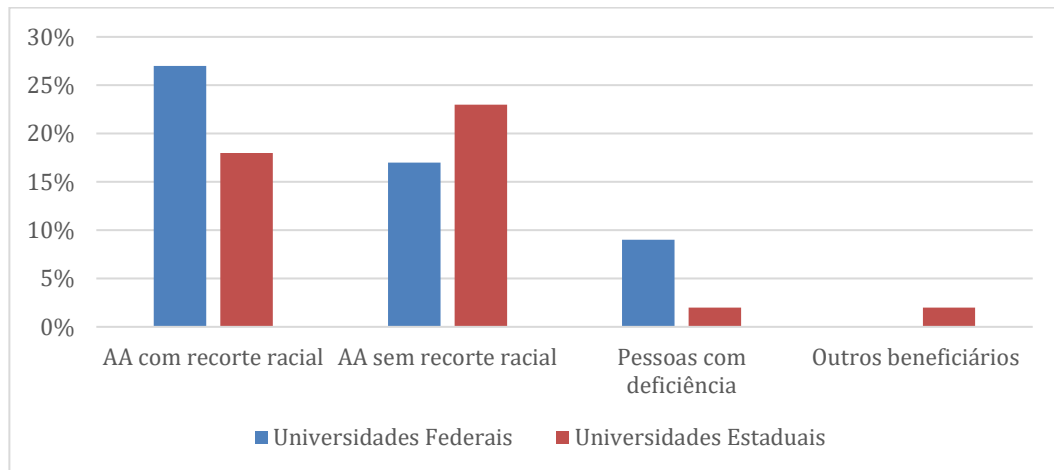
A UESB foi a última, das quatro universidades estaduais baianas, a implantar o sistema de cotas, adotando critérios que envolvem aspectos sociais e raciais. As experiências da UNEB (Universidade Estadual da Bahia), da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) e da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), precursoras desse movimento, foram importantes para elaboração de um Sistema de Cotas mais completo, que levou em consideração as contribuições das universidades estaduais e federais, com sistema implantado e consolidado, além de observar, aspectos de relevância local.

Conforme dados levantados pelo GEMAA (2022), no ano de 2012, 50 (cinquenta) instituições federais e 29 estaduais já haviam adotado o sistema de cotas, a partir de normativos aprovados institucionalmente ou em âmbito estadual. Mas é preciso deixar claro, que o fato da Lei de Cotas ter sido instituída de forma tardia, não diminui a sua importância, uma vez que, a sua aprovação, indica o reconhecimento formal das autoridades políticas, da necessidade de criar mais oportunidades para segmentos sociais marginalizados, significa reconhecer que as ações afirmativas são necessárias para construção de uma sociedade com justiça social e, sobretudo, demonstra a intenção formal de incluir.

Concernente a política de cotas, o GEMAA (2022) apresenta dados, representados pelo Gráfico 1, que possibilita observar, proporcionalmente, os segmentos sociais favorecidos em âmbito estadual e federal, sendo possível constatar que as universidades federais possuem mais foco na reserva de vagas com recorte racial, o que pode ser justificado pela Lei de Cotas a que estão submetidas. Além disso, é válido observar a superioridade das instituições federais, na

oferta de vagas para pessoas com deficiência em relação às estaduais, pois enquanto as federais disponibilizam 9% das vagas para as pessoas com deficiência, as estaduais ofertam apenas 2%, refletindo a importância da Lei de Cotas para garantir percentuais mínimos de reserva de vagas a essa população.

Gráfico 1 - Reservas de vagas para grupos beneficiários nas universidades federais e estaduais



Fonte: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), 2022.

Martin e Zacheo (2018) expressam a importância da Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, para que posteriores direitos, inerentes às pessoas com deficiência, pudessem ser observados na atual conjuntura jurídica brasileira, como foi o caso da Lei de Cotas. Tal conquista teve uma relevância singular para essa população, que sofre o preconceito de serem associadas, equivocadamente, a pessoas incapazes e sem condições para ingressarem no ensino superior.

Entre os principais avanços do Estatuto da Pessoa com Deficiência estão a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e o dever do poder público de garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência à educação superior, formulando diretrizes para que as pessoas beneficiárias possam receber tratamento igualitário e inclusivo.

Souza (2017), defende a relevância da política de cotas, mas reforça a necessidade de ajustes, uma vez que, a adoção de políticas de reserva de vagas permitiu o acesso considerável de estudantes negros, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos à universidade, mas, não se preocupou da mesma forma, com a permanência desses estudantes, que passam a demandar outras ações.

À medida que as Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil vão aderindo ao Sistema de Cotas, um novo perfil socioeconômico vai se formando entre os estudantes, apresentando características peculiares. Sendo assim, os desafios institucionais passam a se concentrar no aprimoramento dos modelos de ações afirmativas existentes, especialmente, no que se refere às políticas de permanência. Nesse contexto, surgem demandas que precisam ser atendidas pois são essenciais para a eficácia do Programa de Cotas, que inicia com o acesso ao ensino superior e só encerra com a conclusão da graduação.

Segundo Maciel; Lima e Gimenez (2016), o processo de expansão das políticas e programas de permanência para o estudante da educação superior, inicia em 2007, com a

instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, com o propósito de promover a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

No ano de 2010, também como estratégia de combate às desigualdades sociais regionais e de inclusão social, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais (PNAEST), tendo como finalidade a ampliação das condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual e o combate às desigualdades sociais e regionais e de inclusão social. Os recursos provenientes dos convênios realizados junto ao Programa, tiveram vigência até 2014, sendo destinados exclusivamente às universidades e centros universitários que aderiram ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

O PNAES, no âmbito das instituições federais, e o PNAEST, no âmbito das universidades estaduais, impuseram à educação superior uma nova configuração, contribuindo para que a Política Nacional de Assistência Estudantil tomasse novas formas, com vistas ao atendimento das demandas sociais urgentes das instituições públicas do ensino superior. As ações implementadas repercutiram em avanços importantes para os estudantes que se esbarravam nas dificuldades financeiras, pedagógicas e psicológicas para permanecerem na universidade.

Observa-se, portanto, que a permanência estudantil está associada ao processo inclusivo, uma vez que as ações desenvolvidas pelo programa, buscam oferecer condições necessárias que garantam a permanência dos discentes nas IES até a conclusão da graduação. Mauro e Brito Filho (2017), ao abordarem sobre inclusão, chamam a atenção para a complexidade do termo, esclarecendo que o ato de incluir vai além de aspectos relacionados a parte estrutural ou arquitetônica, mas de uma prestação de serviço especializada, adequada à necessidade do aluno atendido, com profissionais capazes de estimular suas potencialidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, será realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, que segundo Flick (2007, p. 28), “a pesquisa qualitativa é orientada para análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividade das pessoas em seus contextos locais”. A pesquisa se desenvolverá por meio de um estudo descritivo, que segundo Triviños (1987), tem como foco essencial, conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, seus valores.

A pesquisa será realizada na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e, considerando que a instituição possui estrutura *multicampi*, com sede em Vitória da Conquista e mais dois *campi*: um em Itapetinga e outro em Jequié, optou-se por desenvolver o trabalho no *campus* de Vitória da Conquista, como formas de delimitar o campo de pesquisa.

Os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados na pesquisa serão: a) pesquisa documental, que conforme Triviños (1987), possibilita reunir uma quantidade de informações significativas; b) observação não participante, útil para explorar tópicos desconfortáveis para ser discutido com o participante (Creswell, 2007) e c) entrevista semiestruturada, técnica amplamente utilizada por pesquisadores qualitativos e que amplia a percepção sobre o posicionamento dos participantes (Flick, 2007).

Os entrevistados serão os alunos da graduação com deficiência física do *campus* de Vitória da Conquista que, conforme dados fornecidos pelo NAIPD (Núcleo de ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência), compreendem 07 (sete) discentes. O convite será enviado por e-mail aos discentes que integram o público alvo da pesquisa e àqueles que atenderem ao convite, serão entrevistados.

A análise e interpretação de dados será realizada utilizando-se o método de análise de conteúdo, que Bardin (2004) define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, muito utilizada em pesquisas qualitativas. Neste estudo, a análise de conteúdo ocorrerá a partir de 5 (cinco) categorias previamente definidas, propostas por Martins e Chagas (2021), compreendendo: a) afeto, envolve os sentidos, as percepções e os significados que o processo de territorialização revela para os atores sociais que habitam os territórios, poder, resistência, segregação e contradição; b) poder, representa tanto o poder “de cima para baixo” como o poder “de baixo para cima”, presente nas relações sociais; c) resistência, corresponde a defesa daqueles que habitam o território para enfrentar a dominação; d) segregação, é o resultado do processo de territorialização que segue o modelo de um sistema hegemônico, concedendo privilégios para quem domina o território; e) contradição, representa incoerências praticadas nos territórios a partir das relações de poder.

Serão utilizadas três estratégias de validação dos resultados, sugeridas por Creswel (2007), como forma aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos na pesquisa: 1- apresentação de uma descrição rica em detalhes, que possa fornecer informações completas para o leitor; 2- triangulação ou métodos múltiplos de coleta e análise dos dados, utilizando diferentes fontes de informações de dados; 3- submissão dos resultados aos participantes para validação, permitindo que os próprios sujeitos da pesquisa revisem, confirmem ou questionem as interpretações feitas pela pesquisadora.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Ao abordar a territorialidade e inclusão na UESB, considerando as políticas de acesso e permanência adotadas pela Instituição, pretende-se ampliar o debate sobre a efetividade de tais políticas na perspectiva dos graduandos com deficiência. Essa análise destaca a importância da participação ativa desse grupo nas conquistas alcançadas até agora, além de enfatizar a necessidade de um maior envolvimento nas discussões e nas lutas que defendem os interesses das pessoas com deficiência no ambiente universitário. É fundamental que ocupem os espaços que lhes são de direito e utilizem essas oportunidades para expressar os desafios que enfrentam e que precisam ser superados no processo de apropriação desse território. Dessa forma, entendemos que o resultado da pesquisa pode servir como referência para embasamento de avaliação da política inclusiva da instituição e criação de novas diretrizes que visem o aprimoramento das políticas de acessos e permanência relativa às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ASSIS, A. M.; CARVALHO-FREITAS, M. N. Estudo de caso sobre a inserção de pessoas com deficiência numa organização de grande porte. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, 2014 v. 20, n. 2, p. 496-528.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 43p. Disponível em: chromeextension://efaidnbmnfnkibaahiiadrbocdnaincbpcbpagbutytlpdhttps://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Historia-do-movimento-politico-das-pessoas-com-deficiencia-BR.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

_____. **Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A. C.. **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**, a vontade de saber. RJ: Graal, 3a ed.,1980.

GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **“O que são Ações afirmativas?”** Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2022. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/o-quesao-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 18 mai. 2024.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão. acaoeducativa.org.br, 2012. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *In: Congresso Brasileiro de Geografia*, 5, 1994, Curitiba: AGB, Anais, 1994. p. 206-214.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. *In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Elizeu Salvério; SAQUET, Marcos Aurélio. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAESBAERT, R. TERRITÓRIO. *GEOgraphia*, v. 25, n. 55, 18 dez. 2023.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S.. Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 14, n. 36, 2016. p. 158–

186.

LEFEBVRE, H.. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. dos S.; GIMENEZ, F. V.. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 32, n. 3, 2016. p. 759–781.
MAIA, A. M. de C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. O Trabalhador com Deficiência na Organização: um estudo sobre o treinamento e desenvolvimento e a adequação das condições de trabalho. **READ. Revista Eletrônica de Administração**, v. 21, n. 3, 2015. p. 689-718.

MARTIN, A. G. ; ZACHEO, C. A. “Cota não é esmola”: um estudo sobre as ações afirmativas destinadas à educação superior das pessoas com deficiência e seu amparo no princípio da vedação ao retrocesso. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2018. p. 9-24, 2018.

MARTINS, M. P.; CHAGAS, P. B. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2022.

MAURO, F. Y. C.; BRITO FILHO, J. C. M. de. As Ações Afirmativas como Instrumento de Inclusão na Educação para Pessoas com Deficiência. **Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais**. Brasília, v. 3, n. 1, 2017. p. 1-17.

MIRANDA, A. V. de; CARVALHO, J. L. F. Inclusão profissional de pessoas com deficiências: um estudo sobre as políticas e práticas adotadas por empresas do setor de óleo e gás do Estado do Rio de Janeiro. **REGE Revista de Gestão**, [S. l.], v. 23, n. 3, 2016. p. 264–273.

PAULO, C. F. de O. **(Des)(Re)Territorialização e produção do espaço urbano**: um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá-PR. 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

PERLIN, A. P.; GOMES, C. M.; KNEIPP, J. M.; FRIZZO, K.; ROSA, L. A. B. da. Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Um Estudo em uma Empresa do Setor Cerâmico. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 14, n. 34, 2016. p. 214–236.
RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.157-186.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SARAIVA, L.A. S.; CARRIERI, A. de P. SOARES, A. de S. Territorialidade e identidade nas organizações: O caso do mercado central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v.15, n.2, 2014. p. 97-126.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010, p. 27-96.

SOUZA, E. A. de. **Dez Anos de Cotas na UFRGS**: um estudo das Ações Afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados. 2017. 253f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, M. L. de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.